

Introdução

O objectivo inicial do estudo que deu origem a este livro,¹ foi o de analisar a evolução da população activa em Portugal, incluindo os modos de regulação do mercado e trabalho, tendo como fio condutor as qualificações da população.

Admitindo que os mercados de trabalho funcionam como uma espécie de barómetro das mudanças estruturais das sociedades, pareceu-nos relevante ir além de uma análise descritiva daquela evolução e enquadrar a problemática no contexto mais amplo da passagem a um outro modelo de desenvolvimento, acompanhando o debate internacional mais recente sobre o tema.

Com efeito, ocorreram mudanças acentuadas nos mercados de trabalho europeus nos últimos 20 anos, mudanças que resultam das transformações estruturais que as sociedades vivem, a que alguns autores chamam de transição para um pós-industrialismo (Bell, 1973; Tournaine, 1970), para a *Sociedade da Informação* (Webster, 2002) ou para uma *Sociedade do Conhecimento* (Rodrigues, 2000). Em períodos de transição, como o que vivemos, está tudo em cima da mesa, digamos assim, e discutem-se mesmo os modelos de capitalismo (Amable, 2005; Reich, 2008), isto é, formas possíveis de organizar e gerir o modelo de sociedade em que vivemos. Ora, o mercado de trabalho é uma das áreas mais sensíveis às mudanças que vão ocorrendo no terreno, para além dos discursos mais académicos ou mais políticos sobre esta matéria.

Sem perder de vista os objectivos definidos inicialmente: o da regulação dos mercados e o da qualificação, questões que trataremos em pontos distintos, ampliámos a análise para o contexto europeu por

⁽¹⁾ As autoras agradecem à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o apoio dado à publicação deste trabalho.

duas ordens de razões. A primeira, prende-se com o facto de o enquadramento em termos de modelo de desenvolvimento não faz sentido a nível do país, senão no espaço económico e político mais amplo em que se insere, isto é, no projecto de construção da UE. A segunda razão refere-se ao facto de a análise comparativa de Portugal com a UE ser essencial, quer para arredar qualquer viés etnocêntrico, quer para permitir uma visão relativizada do país no contexto europeu.

Do ponto de vista da compreensão dos mecanismos de regulação dos mercados de trabalho, a noção de *relação salarial* (Boyer, 1981), continua a ser uma das perspectivas mais profícuas e elucidativas sobre as transformações estruturais em curso, transformações que têm um impacte na própria qualificação da população activa ou, mais explicitamente, nos modos como se valorizam, ou não, essas qualificações e/ou se exigem novos perfis profissionais (Oliveira, 2008). É nesta perspectiva que analisaremos a questão da regulação dos mercados.

Quanto à qualificação, como um dos eixos estruturadores do estudo, dimensão a vários títulos relevante, tendo em conta a desvantagem comparativa do país em termos da UE, surge um problema de natureza teórica que se prende com a definição do conceito de qualificação, dado que é de *qualificação convencional* que se fala quando nos referimos ao mercado trabalho. Se é verdade que podemos admitir, à partida, uma certa correspondência entre os níveis de escolarização e os níveis de qualificação, não é certo que isto se verifique. Aliás, as transformações nos modos de regulação tendem a tornar a noção de qualificação obsoleta, como discutiremos no primeiro capítulo. Dadas as ambiguidades de sentido que subsistem a este propósito e sobretudo o facto de a lógica da qualificação ser fortemente condicionada pelos contextos de cada país, não podemos, em bom rigor, estabelecer qualquer comparação entre países a partir deste critério. Falaremos, portanto, em níveis de escolarização.

Assim, no primeiro capítulo, enquadra-se a problemática do mercado de trabalho na discussão mais ampla dos «modelos de desenvolvimento» e, em particular, na transição do fordismo para o pós-fordismo, incluindo neste modelo o projecto de construção de Sociedade do Conhecimento. O enfoque no mercado, neste contexto, exige a cla-

rificação de alguns conceitos, nomeadamente o de qualificação, escolarização e competência, assim como o de modo de regulação.

No capítulo dois, analisa-se a evolução dos mercados de trabalho na Europa, tendo em conta os últimos 10 ou 20 anos, consoante as temáticas em análise e a disponibilidade dos dados. Esta análise, assim como a dos capítulos subsequentes, é feita com base em dados do Eurostat (Labour Force Survey). Neste capítulo, clarificam-se ainda alguns conceitos de base para a análise dos mercados de trabalho e discutem-se os problemas de medida que lhes estão associados.

No capítulo três, analisa-se numa perspectiva comparativa a evolução da precarização do trabalho na Europa.

No capítulo quatro, procede-se a um estudo dos níveis de escolarização da população empregada e identificam-se três padrões-tipo de comportamento dos países no espaço europeu da educação. Analisa-se ainda a relação entre níveis de escolarização e precariedade de emprego.

Finalmente, no capítulo cinco, estuda-se o efeito geracional na relação entre emprego, precarização e escolarização na EU.

Em cada capítulo é explicitada a metodologia usada na análise dos dados.